20,1 trilhões de dólares e um genocídio: o preço do imperialismo necrófilo

20,1 billones de dólares y un genocidio: el precio del imperialismo necrófilo

$20.1 Trillion and a Genocide: The Price of Necrophilic Imperialism

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Neste informe, analisamos a disputa por terras raras no Brasil, que revela a conexão entre mineração, crise climática e complexo industrial militar sob um "imperialismo necrófilo"; a guerra no Golfo Pérsico aprofunda a crise energética e sanitária global, enquanto a 32ª sessão do Comitê Fiscal da ONU tenta avançar na justiça tributária diante da concentração recorde de riqueza – 20,1 trilhões de dólares nas mãos de 3.428 bilionários. Também trazemos críticas sobre "Board of Peace" e seu projeto neocolonial de reconstrução de Gaza, e celebramos a Declaração de Porto Alegre como marco da unidade antifascista internacional. Na saúde, analisamos o estudo do *Lancet* evidencia o dilema entre mitigação climática e equidade; o silêncio da mídia italiana sobre a crise contrasta com a urgência do tema; analisamos como as negociações do Acordo Pandêmico seguem emperradas por interesses geopolíticos. Vemos a tortura sistemática de trabalhadores da saúde na Palestina e os ataques ao Líbano e como Cuba expõem a destruição da saúde como arma de guerra. Por fim, falamos do legado da 8ª Conferência Nacional de Saúde, 40 anos depois, como reafirmação do direito universal como horizonte.

Palavras-chave: Imperialismo necrófilo. Terras raras. Board of Peace. Declaração de Porto Alegre. Acordo Pandêmico.

Resumen. *En este informe, analizamos la disputa por las tierras raras en Brasil, que pone de manifiesto la conexión entre la minería, la crisis climática y el complejo industrial militar bajo un «imperialismo necrófilo»; la guerra en el Golfo Pérsico agrava la crisis energética y sanitaria mundial, mientras que la 32.ª sesión del Comité Fiscal de la ONU intenta avanzar en la justicia fiscal ante la concentración récord de riqueza: 20,1 billones de dólares en manos de 3.428 multimillonarios. También traemos críticas sobre el «Board of Peace» y su proyecto neocolonial de reconstrucción de Gaza, y celebramos la Declaración de Porto Alegre como hito de la unidad antifascista internacional. En materia de salud, analizamos el estudio de The Lancet que pone de manifiesto el dilema entre la mitigación climática y la equidad; el silencio de los medios italianos sobre la crisis contrasta con la urgencia del tema; analizamos cómo las negociaciones del Acuerdo Pandémico siguen estancadas por intereses geopolíticos. Vemos la tortura sistemática de los trabajadores de la salud en Palestina y los ataques al Líbano, y cómo Cuba denuncia la destrucción de la salud como arma de guerra. Por último, hablamos del legado de la VIII Conferencia Nacional de Salud, 40 años después, como reafirmación del derecho universal como horizonte.*

Palabras clave: *Imperialismo necrófilo. Tierras raras. Board of Peace. Declaración de Porto Alegre. Acuerdo Pandémico.*

Abstract. *In this report, we analyze the dispute over rare earths in Brazil, which reveals the connection between mining, climate crisis, and the military-industrial complex under "necrophilic*

imperialism"; the war in the Persian Gulf deepens the global energy and health crisis, while the 32nd session of the UN Tax Committee attempts to advance tax justice amid record wealth concentration – $20.1 trillion in the hands of 3,428 billionaires. We also criticize the "Board of Peace" and its neocolonial project for the reconstruction of Gaza, and celebrate the Porto Alegre Declaration as a milestone of international antifascist unity. In health, we analyze how the Lancet study highlights the dilemma between climate mitigation and equity; the silence of the Italian media on the crisis contrasts with the urgency of the issue; we examine how the Pandemic Agreement negotiations remain stalled by geopolitical interests. We observe the systematic torture of health workers in Palestine and the attacks on Lebanon, and how Cuba exposes the destruction of health as a weapon of war. Finally, we discuss the legacy of the 8th National Health Conference, 40 years later, as a reaffirmation of universal rights as a horizon.

Keywords: *Necrophilic imperialism. Rare earth elements. Board of Peace. Porto Alegre Declaration. Pandemic Agreement.*

Panorama político-econômico

Neste informe, no bloco de Panorama político-econômico, iremos tratar de variados temas pertinentes durante a última quinzena. Desde o aporte bilionário que briga pelas terras raras do Brasil e move um projeto contra a preservação do meio ambiente e contra a soberania nacional, a trigésima segunda sessão do Comitê de Especialistas em Assuntos de Cooperação Fiscal Internacional, o encontro de Santa Marta, o aumento exponencial do número e da fortuna dos bilionários, os empréstimos do FMI ao *"Board of Peace"* e, por fim, a Declaração de Porto Alegre produzida na I Conferência Internacional Antifascista.

Começamos pela disputa que conecta diretamente mineração, crise climática e geopolítica bélica, com uma reportagem publicada no início de março. "As peças do tabuleiro geopolítico mundial e as cifras bilionárias envolvidas na tentativa de controlar a extração de terras raras se moveram pelo menos duas vezes em direção ao Brasil no começo de 2026." O país detém cerca de 25% das reservas conhecidas do planeta, mas a soberania sobre esse patrimônio está longe de ser garantida na prática – afinal, proteger nossa natureza e nossos trabalhadores é soberania.

O movimento mais recente veio dos Estados Unidos, que tentam vencer a corrida contra a China. O Grupo Serra Verde, em Minaçu (GO), anunciou ter obtido US$565 milhões em financiamento da Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos – a DFC, com uma cláusula que abre possibilidade para que os Estados Unidos possam adquirir uma participação minoritária na empresa.

A conexão com a crise climática é direta: as terras raras são essenciais para a produção de tecnologias "verdes" — veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares. No entanto, o texto revela que a prioridade não é a transição energética, mas sim o complexo militar-industrial. O mineral contém "elementos essenciais para as indústrias automotiva, de semicondutores, aeroespacial e especialmente de defesa". A conclusão é clara: "Para manter a sua máquina de guerra funcionando, portanto, Donald Trump e cia precisam de terras raras." Ou seja, a "guerra verde" é mais uma face da guerra imperialista.

E a conferência de Santa Marta tem a chance de aprofundar exatamente essa conexão entre guerra, energia e clima, como nos lembra a ativista Emilia Reyes. O texto parte de uma

constatação que ecoa o que vimos sobre as terras raras: “Uma guerra no Golfo Pérsico está acontecendo agora, impactando a dinâmica global de extração, refino, comercialização, transporte e financiamento de combustíveis fósseis e derivados.”

Os crimes de guerra cometidos por EUA e Israel no Irã, “por meio de bases militares em países árabes”, não apenas atingem o petróleo, mas também “componentes químicos (como ureia e hélio) ligados ao processamento e refino de combustíveis fósseis que são necessários para a produção e distribuição de produtos em muitos setores (como infraestrutura de saúde, farmacologia, agricultura, construção e muitos outros)”. Isso significa que hospitais, medicamentos e alimentos – a própria manutenção da vida – são atingidos por uma guerra movida pelo controle de recursos. Reyes diz: “muitos metais e produtos químicos (como enxofre), necessários para a cadeia de valor e produção de energia renovável, também foram impactados e pegos no meio dessas perturbações no mercado global.”

O texto também destaca que “uma luta pela soberania está ocorrendo neste exato momento, com profundas implicações no mercado de energia”. A síntese é precisa e conecta-se diretamente ao que vimos sobre a disputa por terras raras: “Está claro que um imperialismo necrófilo está agora dirigindo as condições globais em torno das políticas energéticas.”

O imperialismo necrófilo – que se alimenta da morte, que funciona como uma culto à morte – sequestra presidentes (Venezuela), bloqueia países (Cuba) e reconfigura mercados energéticos à força, enquanto “a indústria de IA estará mais integrada ao complexo industrial militar após esta guerra”. A guerra, as terras raras e a inteligência artificial se entrelaçam como novo ciclo de acumulação capitalista.

Enquanto as grandes potências disputam recursos estratégicos, a arquitetura da cooperação fiscal internacional avança em silêncio – e com muitos percalços. A 32ª sessão do Comitê de Especialistas em Assuntos de Cooperação Fiscal Internacional da ONU, realizada em Nova York de 23 a 26 de março, representou uma peça fundamental nesse tabuleiro. O comitê “ajuda os países a fortalecer seus sistemas tributários e mobilizar recursos para o desenvolvimento sustentável, com foco especial nos países em desenvolvimento”, reunindo especialistas de todas as regiões para enfrentar desafios como tributação de serviços digitais e alinhamento da política fiscal com a ação climática. Mais comentários da Sociedade Civil sobre o evento virão no próximo informe.

Na sessão anterior, em outubro de 2025, o comitê estabeleceu “11 fluxos de trabalho que abordam as prioridades e desafios que os países em desenvolvimento enfrentam na construção de sistemas tributários justos e eficazes”. Agora, na 32ª sessão, o objetivo é “revisar e aprovar os planos de trabalho propostos preparados pelos subcomitês, estabelecendo o caminho para como ele se desenvolverá e fornecerá orientação prática nos próximos anos”. A partir dos curtos comentários que acompanhamos até agora – e tangencialmente ao avanço impiedoso do imperialismo, questionamos: esses mecanismos de tentativas de construção de justiça fiscal terão força diante do imperialismo necrófilo? Ou serão mais uma vez capturados pelos interesses das grandes potências? Acompanharemos.

Para mais um lado do imperialismo necrófilo: A lista Forbes de 2026, que chegou com um número que desafia a imaginação: 20,1 trilhões de dólares. Esta é a riqueza acumulada dos 3.428 bilionários pesquisados pela lista Forbes 2026.” Quatro trilhões a mais que no ano anterior, com um aumento que é aproximadamente equivalente ao PIB total da União Europeia – sim, o Produto Interno Bruto TOTAL. E o processo de acumulação de capital não dá sinais de desaceleração ou de redistribuição (pelo menos não de forma natural): “Há 400 bilionários a

mais do que em 2025: o aumento, portanto, é de 13,2%. Mas o crescimento dos ativos é ainda mais rápido que o dos cabeças: isso significa que os mais ricos ficam cada vez mais ricos, não apenas que o clube está se expandindo."

A geografia da fortuna reflete a geopolítica: "Os Estados Unidos lideram o ranking com 989 bilionários; a China, incluindo Hong Kong, ocupa o segundo lugar com 610." Há um dado curioso sobre a Itália, que tem 89 bilionários, quinze a mais que no ano anterior, e "pela primeira vez desde 2007, quando o primeiro italiano na lista foi Silvio Berlusconi, não há Ferrero no topo". O novo líder é Giancarlo Devasini, cofundador da Tether, stablecoin que movimenta bilhões no mercado de criptomoedas. "A presença de duas fortunas relacionadas a criptomoedas entre as cinco maiores é um sinal de como a própria natureza da riqueza extrema está mudando." A concentração de riqueza nas mãos de poucos bilionários é a outra face da crise climática e da guerra imperialista. Os mesmos que lucram com terras raras, com a especulação energética e com os contratos de guerra são os que agora ampliam suas fortunas em ritmo acelerado, enquanto populações inteiras são sacrificadas.

A conexão entre bilionários, instituições financeiras e projetos neocoloniais fica explícita no caso do *"Board of Peace"*, Conselho da Paz de Trumo que de pacífico não tem nada além do nome. Diante do claro projeto de neocolonialismo e violencia que é o tal conselho, organizações da sociedade civil denunciam a decisão do Banco Mundial de estabelecer um Fundo Financeiro Intermediário para viabilizar o financiamento do conselho. As organizações consideram o projeto "um projeto ilegítimo e neocolonial que busca lucrar com uma versão não democrática da reconstrução de Gaza". A crítica central é a exclusão dos palestinos das decisões sobre seu próprio futuro. As organizações também alertam que "projetos de infraestrutura em grande escala carregam um alto risco de apropriação de terras e deslocamento forçado, perda de meios de subsistência, extração de recursos e danos ambientais", riscos que "são amplificados em Gaza" pela exclusão das comunidades palestinas.

"Estamos profundamente preocupados com os riscos para o povo palestino representados por este empreendimento viabilizado pelo Banco Mundial. A partir do nosso trabalho apoiando comunidades prejudicadas pelo financiamento do Banco Mundial globalmente, sabemos que projetos de infraestrutura em larga escala carregam um alto risco de apropriação de terras e deslocamento forçado, perda de meios de subsistência, extração de recursos e danos ambientais. Esses riscos são amplificados em Gaza e agravados pela exclusão das comunidades palestinas na governança proposta para os esforços de reconstrução. Além disso, o chamado "plano mestre" para a reconstrução de Gaza parece voltado para o ganho comercial de incorporadores imobiliários e demonstra pouca consideração em atender às necessidades urgentes da população local por moradia básica, alimentação, serviços médicos ou educacionais no curto prazo.

É verdade que Gaza precisa urgentemente de ajuda humanitária para reconstrução e reabilitação; também é verdade que o povo palestino que vive em Gaza deveria decidir como o dinheiro da reconstrução será usado e como será a reconstrução.

O Banco Mundial deveria saber mais. Seus funcionários, especialistas em desenvolvimento, devem saber que seus compromissos declarados com inclusividade, sustentabilidade e responsabilidade são impossíveis de reconciliar com seu apoio a um projeto de reconstrução em larga escala, orientado pelo lucro e excludente, em um país cujo povo já enfrenta assentamentos ilegais, deslocamento forçado, condições de apartheid e genocídio. Na

verdade, a participação do Banco Mundial neste projeto coloca em questão se ele abandonou completamente seu mandato declarado de alívio da pobreza.

Enquanto o Conselho da Paz planeja se reunir em Washington, DC, neste mês, pedimos que o Banco Mundial se recompremeta com seus próprios princípios de inclusividade, sustentabilidade e responsabilidade, de acordo com o direito internacional. Em vez de se implicar em novas violações dos direitos do povo palestino, o Banco deveria apoiar um esforço de reconstrução transparente e respeitador dos direitos em Gaza, liderado pelos palestinos."

As organizações concluem ecoando o chamado do ICJP (Centro Internacional de Justiça para os Palestinos) por "um esforço de reconstrução transparente em Gaza, ajuda humanitária sem obstáculos, passagens de fronteira totalmente operacionais, proteção contra ataques israelenses ilegais, justiça e responsabilização por crimes de guerra israelenses, e o direito a um Estado palestino soberano e autodeterminado".

Enfrentando este quadro sombrio, a I Conferência Internacional Antifascista, realizada em Porto Alegre, produziu – após 4 dias de encontros – a Declaração de Porto Alegre, fazendo conexão com o espírito de Porto Alegre, avivado durante o Fórum Social Mundial em 2001. A declaração que conecta todas as lutas através do movimento antifascista e anti imperialista e contextualiza o momento:

"Reunidos em Porto Alegre — uma cidade que simboliza lutas internacionais e guarda importantes tradições e aspirações democráticas — milhares de ativistas de mais de quarenta países em cinco continentes celebram nossa unidade na diversidade, buscando avançar na organização para a resistência e a luta contra as várias formas de fascismo, a extrema direita e o imperialismo em sua fase mais agressiva.

Durante essa mesma semana, ocorreu o comboio Nuestra América a Cuba; mais de um milhão de pessoas foram às ruas na Argentina, lutando pela memória e contra Milei; centenas de milhares se juntaram à mobilização antifascista no Reino Unido; e especialmente a grande e histórica manifestação "Sem Reis" nos Estados Unidos, onde milhões de americanos se reuniram em centenas de cidades, declarando mais uma vez Trump como inimigo da humanidade.

O sistema capitalista-imperialista está passando por uma profunda crise e um acentuado declínio econômico, social e moral. A resposta das potências imperialistas a esse declínio tem sido a promoção do fascismo em toda parte, a imposição de políticas neoliberais, a agressão militar contra nações mais fracas e sua recolonização. Em cada país, as ameaças fascistas e neoliberais assumem formas específicas, mas compartilham características comuns: a eliminação das liberdades democráticas; a destruição dos direitos trabalhistas; a explosão do desemprego estrutural; o desmantelamento da seguridade social; a repressão aos sindicatos e organizações populares; a privatização dos serviços públicos; políticas de "austeridade" que eliminam todo o investimento social; o negacionismo científico e climático; a expropriação de camponeses em favor do agronegócio; o deslocamento forçado de populações indígenas para promover o extrativismo desenfreado; políticas migratórias ultra-restritivas; e um aumento massivo dos gastos militares.

As forças de extrema direita e neofascistas estão realizando uma ampla ofensiva, instrumentalizando o descontentamento com as consequências desastrosas do neoliberalismo para acelerar essas políticas. Para isso, similarmente ao fascismo clássico, buscam redirecionar esse descontentamento contra grupos oprimidos e despossuídos: migrantes, mulheres, pessoas LGBTQ+, beneficiários de programas de inclusão, pessoas racializadas e minorias nacionais ou

religiosas. Nacionalismo exacerbado, racismo, xenofobia, sexismo, ódio anti-LGBTQI+, incitação ao ódio e a normalização da crueldade acompanham o avanço da extrema direita em todas as etapas, de acordo com as particularidades de cada país.

O impulso de concentrar riqueza nas mãos do capital, e a busca implacável pelo lucro máximo que sustenta as políticas de extrema direita, também se expressa através da intensificação da agressão imperialista para monopolizar recursos e explorar populações.

O imperialismo está se tornando cada vez mais desenfreado, agressivo e militarizado. Ele desrespeita o direito internacional, a Carta da ONU e a autodeterminação dos povos; impõe sanções, ataca e bombardeia nações que não se submetem aos seus ditames; sequestra e assassina chefes de Estado.

Isso anda de mãos dadas com a perpetuação de situações coloniais, que no caso da Palestina assumem a forma de um genocídio explícito em Gaza, orquestrado pelo Estado sionista de Israel, apoiado incondicionalmente pelos Estados Unidos, com a cumplicidade de outros países imperialistas. Além disso, Israel invadiu e bombardeou criminosamente o Líbano recentemente e declarou sua intenção de anexar o sul do país.

Nos opomos a todos os imperialismos e apoiamos a luta dos povos por sua autodeterminação, por todos os meios necessários.

A extrema direita, além de sua cumplicidade com o governo genocida de Netanyahu, constrói laços internacionais, organiza congressos, think tanks, declarações conjuntas, apoio mútuo em processos eleitorais e colaboração em programas de propaganda e desinformação. Também se beneficia do apoio direto (ou encoberto) das grandes empresas de tecnologia, desestabilizando governos que resistem ao poder imperial e amplificando a propaganda reacionária nos espaços digitais.

As forças que combatem o avanço da extrema direita são diversas e apresentam diferentes análises, estratégias, táticas, programas e políticas de aliança. A experiência nos ensina que, reconhecendo essas diferenças, é essencial construir uma ação unificada contra nossos inimigos. Esta convergência deve incluir todas as forças dispostas a defender as classes trabalhadoras, camponeses, migrantes, mulheres, pessoas LGBTQ+, povos racializados, minorias nacionais ou religiosas oprimidas e povos indígenas; a defender a natureza contra o capitalismo ecocida; a se opor à agressão imperialista e colonial independentemente de sua origem; a lutar pelo fim da OTAN; e a apoiar as lutas dos povos e governos que resistem. É urgente compartilhar análises, fortalecer laços e realizar ações concretas.

Além de resistir ao fascismo e ao imperialismo, também buscamos construir as bases para avançar através da convergência em aspectos centrais e unificadores. Para combater o autoritarismo, é necessário restaurar, expandir e aprofundar os direitos democráticos com base na participação popular, do nível local ao nacional e dentro das instituições internacionais. Afirmamos a centralidade do mundo do trabalho e propomos promover iniciativas conjuntas para organizar a resistência global contra a violência fascista e a precarização neoliberal. A defesa de um futuro sustentável requer confrontar diretamente o ecocídio promovido pelo capitalismo e pelos governos de extrema direita, que tratam a natureza como mercadoria e desmantelam as proteções ambientais em nome do lucro. Enfatizamos a importância da Reforma Agrária como um caminho necessário para a soberania alimentar.

Nunca a luta contra o imperialismo e o fascismo foi tão urgente e necessária como é hoje. Esta luta deve ser organizada internacionalmente. A Conferência Antifascista pela Soberania dos Povos compromete-se a continuar a luta sem descanso e a servir como um espaço para construir unidade contra o avanço da extrema direita e da agressão imperialista. Diante da barbárie, levantamos a bandeira da solidariedade internacional, da luta dos povos e de um futuro socialista, ecológico, democrático, feminista e antirracista."

A conexão com todos os temas anteriores é explícita: as terras raras, a guerra energética, a concentração de riqueza, o *Board of Peace* — tudo isso é nomeado como expressão do mesmo sistema. O texto denuncia que "o imperialismo está se tornando cada vez mais desenfreado, agressivo e militarizado. Ele desrespeita o direito internacional, a Carta da ONU e a autodeterminação dos povos; impõe sanções, ataca e bombardeia nações que não se submetem aos seus ditames; sequestra e assassina chefes de Estado."

A declaração conclui com um chamado à ação: "As forças que combatem o avanço da extrema direita são diversas e apresentam diferentes análises, estratégias, táticas, programas e políticas de aliança. A experiência nos ensina que, reconhecendo essas diferenças, é essencial construir uma ação unificada contra nossos inimigos." A convergência deve incluir "todas as forças dispostas a defender as classes trabalhadoras, camponeses, migrantes, mulheres, pessoas LGBTQI+, povos racializados, minorias nacionais ou religiosas oprimidas e povos indígenas; a defender a natureza contra o capitalismo ecocida; a se opor à agressão imperialista e colonial independentemente de sua origem; a lutar pelo fim da OTAN; e a apoiar as lutas dos povos e governos que resistem."

O informe das últimas quinzenas nos mostra, assim, um mundo em guerra por recursos, onde bilionários ampliam suas fortunas enquanto populações são sacrificadas, onde instituições multilaterais se prestam a projetos neocoloniais, mas também onde a resistência antifascista se organiza globalmente. A Declaração de Porto Alegre é um marco nesse processo de unidade.

Saúde

No bloco da Saúde, começamos com um novo artigo do The Lancet sobre justiça climática global e suas interseções com a qualidade do ar e a transição para um futuro com menos emissão de CO_2, e o que isso significa para os países de renda baixa e média. Em seguida, analisamos um novo relatório do Greenpeace sobre a cobertura da crise climática pela mídia italiana em 2025, que revela um preocupante apagamento do tema. Depois, trazemos uma carta da Sociedade Civil Organizada sobre os desdobramentos das negociações do Acordo Pandêmico, especificamente sobre o anexo de acesso e partilha de benefícios (PABS). No sub-bloco Saúde e Conflitos, abordamos os ataques ao sistema de saúde e aos trabalhadores da saúde na Palestina e no Líbano, os ataques imperialistas ao sistema de saúde e à manutenção da vida em Cuba, e o impacto silencioso das sanções econômicas sobre populações vulneráveis. Finalizamos com a lembrança da Oitava Conferência Nacional de Saúde e seu legado, quarenta anos depois.

Um novo estudo publicado no The Lancet traz uma contribuição fundamental para o debate sobre justiça climática, ao analisar as complexas relações entre mitigação das mudanças climáticas, qualidade do ar e equidade entre países. O artigo, intitulado "Justiça climática global e o futuro dos co-benefícios da qualidade do ar em países de renda baixa e média: um estudo de modelagem de energia, clima e saúde", investiga como diferentes abordagens para o compartilhamento do fardo da redução de emissões de CO_2 impactam a saúde das populações.

O estudo parte de uma constatação central: “Apesar da necessidade de limitar as mudanças climáticas e fazer a transição para energia de baixo carbono, há discordância sobre como compartilhar o fardo da redução das emissões de CO_2.” Os pesquisadores compararam um cenário de referência com três cenários que limitam o aquecimento a 2°C: um por menor custo, um que desloca o fardo da mitigação para países de renda mais alta (chamado de cenário de equidade internacional), e um terceiro idêntico ao de equidade internacional, mas no qual os países de renda baixa e média também adotam políticas de qualidade do ar para reduzir a poluição aos níveis que ocorrem no cenário de menor custo.

Os resultados são reveladores e se conectam diretamente com os temas de desigualdade e clima que temos abordado em informes anteriores. “A ação climática para limitar o aquecimento global a 2°C resulta em mais de 13,5 milhões de mortes prematuras evitadas pela poluição do ar entre 2020 e 2050, principalmente em países de renda média.”

No entanto, o estudo identifica um dilema: “Optar pelo cenário de menor custo, em vez da equidade internacional, reduz o fardo da mitigação para os países de renda baixa e média, mas também reduz seus benefícios à saúde em vários milhões de mortes.” Isso “destaca um trade-off entre o esforço de mitigação (um componente importante da justiça climática) e a necessidade urgente de reduzir os fardos de saúde ambiental nos países de renda baixa e média.”

A conexão com o tema das terras raras e da guerra energética, tratados no Panorama Político-Econômico, é direta. Assim como a disputa por minerais críticos e a reconfiguração do mercado energético global aprofundam as desigualdades entre centro e periferia, o estudo mostra que as decisões sobre como mitigar as mudanças climáticas também têm impactos distributivos profundos. A conclusão: “Estratégias de mitigação climática centradas na justiça devem garantir que os países de renda baixa e média não percam a oportunidade de realizar reduções transformadoras na poluição do ar.” O cenário mais favorável é aquele em que “países de renda mais alta pagam mais pelos custos de mitigação climática, e os países de renda baixa e média usam a economia de custos para implementar controles convencionais de qualidade do ar que compensam os co-benefícios de saúde perdidos.”

O relatório anual do Greenpeace sobre a cobertura da crise climática pela mídia italiana em 2025 traz dados alarmantes que se conectam diretamente com o estudo do Lancet. Enquanto a ciência avança na compreensão dos impactos da crise climática na saúde e na desigualdade, a mídia parece estar se movendo na direção oposta. “Também em 2025, pelo segundo ano consecutivo, a atenção da mídia italiana ao aquecimento global continua diminuindo.” Os números são expressivos. “Ao longo de 2025, cada um dos 5 principais jornais diários italianos publicou em média menos de duas notícias por dia contendo alguma referência à crise climática (em média 1,7). Cada um dos 7 principais telejornais nacionais publicou menos de uma notícia a cada cinco dias (em média 0,2).” Isso significa que a crise que ameaça a vida no planeta recebe menos atenção da mídia do que qualquer assunto corriqueiro da política nacional.

O relatório também analisa o framing – ou seja, a forma como a crise climática é enquadrada nas notícias. Nos jornais, “os temas mais frequentes dizem respeito à economia e à política e ao entrelaçamento entre esses dois campos. A soma dos 5 temas mais frequentes, todos relativos a aspectos econômicos, a nível de governança política ou de estratégias empresariais, ou a aspectos políticos, incluindo aqueles relativos à transição ecológica, atinge uma porcentagem de 46,8%.” Isso indica que “os artigos da imprensa diária enquadram a crise

climática prevalentemente dentro de um discurso de transformação do sistema produtivo e da governança relativa."

Enquanto a crise climática avança e a mídia silencia, as negociações do Acordo Pandêmico na OMS enfrentam um impasse crítico. Uma carta de organizações da sociedade civil, datada de 19 de março de 2026, endereçada ao diretor-geral da OMS, Dr. Tedros, expõe preocupações urgentes sobre as práticas de compartilhamento de patógenos e as negociações do anexo de Acesso e Partilha de Benefícios (PABS) – sim, o mesmo impasse presente desde as primeiras reuniões de negociação ainda não foi sanado.

O documento começa com uma denúncia grave. As organizações afirmam que a nota conceitual da OMS, circulada durante a quinta reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental, "sugere que existem pelo menos 15 redes coordenadas pela OMS envolvidas no compartilhamento de amostras de patógenos ou informações de sequência digital sem qualquer consideração pelos princípios de acesso e partilha de benefícios, facilitando a biopirataria, incluindo a biopirataria digital, e aumentando os riscos de biossegurança."

A carta estabelece uma comparação importante: "Atualmente, apenas o Marco de Preparação para Pandemias de Influenza da OMS operacionalizou normas de acesso e partilha de benefícios para o compartilhamento de materiais biológicos do PIP por meio de contratos juridicamente vinculativos – acordos padronizados de transferência de material – e um mecanismo de rastreamento." As demais redes, que envolvem centenas de instituições para além dos laboratórios, "parecem funcionar sem estruturas comparáveis de acesso e partilha de benefícios."

A crítica central da sociedade civil é que "a abordagem da OMS ao compartilhamento de informações de sequência de patógenos está ativamente permitindo e promovendo a biopirataria digital, em vez de salvaguardar os direitos dos Estados-Membros." A OMS está incentivando "o depósito de informações de sequência de patógenos em bancos de dados que não assumiram nenhum compromisso de operacionalizar as obrigações de acesso e partilha de benefícios e que permanecem inteiramente não responsivos perante a OMS e seus membros."

Um problema estrutural é apontado: "O acesso anônimo torna estruturalmente impossível rastrear quem está usando as informações de sequência de patógenos, para que finalidade e se quaisquer obrigações de partilha de benefícios estão sendo cumpridas. Na prática, isso significa que recursos genéticos originários de países em desenvolvimento podem ser acessados, comercializados e explorados com total impunidade, e com o endosso implícito da OMS." Os dados genéticos de países do Sul Global correm o risco de ser apropriados sem qualquer contrapartida.

A carta também denuncia que, durante as negociações, "o Secretariado da OMS rejeitou repetidamente as propostas dos países em desenvolvimento para estabelecer um Banco de Dados de Sequências PABS da OMS." As justificativas apresentadas — restrições de recursos e potencial interrupção das infraestruturas de dados de "acesso aberto" existentes — não foram acompanhadas de "nenhuma avaliação concreta dos recursos necessários ou explicação fundamentada da alegada interrupção".

A conclusão das organizações é clara: "Os Membros da OMS devem ter a possibilidade de fornecer acesso às suas sequências a um Banco de Dados de Sequências PABS da OMS governado multilateralmente, comprometido em implementar e operacionalizar efetivamente o acesso e a partilha de benefícios." Além disso, o sistema PABS deve estabelecer "contratos

padronizados juridicamente vinculativos aplicáveis ao compartilhamento de patógenos com potencial pandêmico", "mecanismos robustos de rastreabilidade", "acesso previsível a vacinas, terapêuticas e diagnósticos" e "benefícios concretos significativos de cada receptor de material e informação de sequência".

A carta conclui com um alerta final, lembrando a necessidade de atingir consenso concreto e não optar por solução de unanimidade oca: "Dada a gravidade dos problemas em jogo e suas implicações de longo prazo, as negociações não devem ser apressadas. A OMS não deve exercer pressão indevida sobre os países em desenvolvimento para diluir suas posições apenas para garantir uma conclusão rápida."

Saúde e Conflitos: Palestina

A destruição sistemática do sistema de saúde palestino, que temos acompanhado em informes anteriores sob os conceitos de *medicide* e *reprocide*, continua a produzir novas atrocidades. Relatórios recentes de relatores da ONU revelam que o Dr. Hussam Abu Safiya, médico e diretor do Hospital Kamal Adwan, foi submetido a tortura e crueldades. Os relatores exigem a libertação do Dr. Hussam Abu Safiya em meio a relatos de tortura sistêmica e estratégica de palestinos.

O Dr. Abu Safiya está entre os pelo menos 95 trabalhadores da saúde ainda presos pelas forças israelenses . O relatório da relatora especial da ONU, Francesca Albanese, documenta que a tortura tem sido aplicada sem discriminação a milhares de palestinos feitos prisioneiros por Israel: "Desde outubro de 2023, a tortura na detenção tem sido usada em escala sem precedentes como vingança coletiva punitiva – uma característica clara do genocídio', afirma o relatório de Albanese. 'Todos os palestinos têm sido tratados coletivamente como 'terroristas' e 'ameaças à segurança'.

O relatório conclui que a tortura não é meramente punitiva, mas estratégica. Ela opera para "degradar os corpos palestinos, fraturar a integridade psicológica e corroer a resiliência coletiva" – agindo com objetivos semelhantes aos do sequestro, aprisionamento e assassinato de trabalhadores da saúde.

Albanese também documenta que "centenas de trabalhadores da saúde e de resgate foram arbitrariamente presos, frequentemente de maneira degradante, enquanto realizavam seus deveres médicos", e vários morreram enquanto estavam presos. "Entre os trabalhadores médicos mortos sob custódia estão três médicos – Adnan Al-Bursh, Iyad Al-Rantisi e Ziad Al-Dalou – e o paramédico Hamdan Abu Anaba."

Para além da tortura e dos ataques direcionados, "o sistema de saúde de Gaza permanece sob extrema pressão devido à escassez e à destruição da infraestrutura de saneamento, cujos reparos as autoridades israelenses impedem ao limitar os suprimentos." As provisões de alimentos permanecem abaixo dos padrões nutricionais necessários, assim como o acesso à água. Como resultado da destruição da infraestrutura hídrica e da consequente contaminação, "a falta de água limpa está acelerando uma grave crise de saúde pública em toda a Faixa", com médicos relatando "um aumento acentuado na desidratação severa, complicações renais e doenças transmitidas pela água generalizadas."

A destruição do sistema de saúde é uma arma de guerra que produz uma crise sanitária de proporções genocidas.

Paralelamente, os ataques israelenses ao sistema de saúde do Líbano estão sendo descritos por ativistas e especialistas em saúde como uma "catástrofe sanitária" que ecoa a destruição sistemática da saúde em Gaza. "Desde o início de março, pelo menos 42 trabalhadores da saúde – incluindo paramédicos, médicos e enfermeiros – foram mortos nesses ataques, enquanto dezenas de centros de saúde e hospitais foram danificados."

O Movimento Popular pela Saúde (PHM) declarou: "Isto não é apenas uma escalada militar. É uma catástrofe sanitária... A infraestrutura de saúde está sendo destruída. Os hospitais estão sobrecarregados. Os trabalhadores da saúde estão na linha de frente de uma crise que não criaram e não podem sustentar sozinhos."

Médicos Sem Fronteiras (MSF) descreveu a situação: "Combinados com ataques terrestres e bombardeios repetidos visando infraestrutura civil, como pontes no sul do Líbano, essas ações estão efetivamente isolando grandes cidades e numerosas aldeias ao sul do rio Litani do resto do país." Mais de um milhão de pessoas foram deslocadas à força pela violência, mas muitas não conseguiram buscar segurança em outros lugares, permanecendo expostas ao perigo combinado de agressão física e serviços de saúde que lutam para manter sua capacidade.

O cirurgião Ghassan Abu Sitta descreveu como isso está afetando as crianças – 121 das quais foram mortas desde o início de março. "Devido ao colapso econômico e à guerra anterior no Líbano, nem tantas famílias conseguiram buscar refúgio em outros lugares. Elas não têm dinheiro para alugar em outro lugar nem para onde ir. Então, estamos vendo essas crianças sendo feridas dentro de suas próprias casas."

Aqueles que conseguiram sair de suas casas enfrentam perigo devido às condições de vida em abrigos superlotados, que, como alertou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, "têm o potencial de aumentar rapidamente os riscos à saúde". O acesso a cuidados para pacientes com condições crônicas, incluindo câncer, foi completamente interrompido. Um paciente deslocado com leucemia disse ao MSF: "Fugi com nada e não tenho para onde ir. Tinha esperanças de quase vencer o câncer. Agora, passo as noites em uma barraca em um parque, e não sei onde encontrarei minha próxima dose de medicação ou como continuarei meu tratamento."

A conexão com a Palestina é explícita: "Como no caso do genocídio em Gaza, muitas organizações de saúde alertam que os ataques à saúde violam o direito internacional – no entanto, o desrespeito de Israel ao direito internacional durante seus esforços para 'desassistencializar' a Palestina e outros ataques ilegais na região sinaliza que os alertas por si só não impedirão esses crimes, e os ativistas da saúde devem continuar se mobilizando para detê-los."

Cuba: resistência sanitária sob bloqueio

O Movimento Popular pela Saúde (PHM) divulgou na última semana uma declaração de solidariedade com o povo de Cuba, enquanto a ilha continua a resistir a um bloqueio ilegal de décadas imposto pelos Estados Unidos, cujos impactos foram apenas agravados pelo segundo mandato da administração Trump. O PHM afirmou que "esta escalada constitui uma política prolongada de guerra econômica visando minar a soberania de um país que escolheu construir um projeto social independente dos interesses do capital transnacional."

Apesar de mais de seis décadas de bloqueio dos EUA, "Cuba persiste na busca de um projeto internacionalista e socialista no qual a solidariedade médica global desempenha um

papel crucial.” Centenas de milhares de médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde foram enviados para mais de 150 países para responder a pandemias, desastres naturais e causados pelo homem, e para apoiar a construção de sistemas de saúde soberanos no Sul Global. “Este internacionalismo concreto representa uma alternativa real a uma ordem mundial onde a cooperação é frequentemente subordinada a interesses geopolíticos, militares ou corporativos”, enfatizou o PHM.

Desde a posse do segundo mandato de Trump, o programa de brigadas médicas cubanas tem sido alvo de ataques com o objetivo de romper essa linha essencial de trabalho – à qual milhares de pessoas devem suas vidas. Nas últimas semanas, vários países da América Latina e do Caribe anunciaram o fim da cooperação médica com Cuba, movimentos que têm sido protestados pelas populações locais.

O PHM denuncia: “Essas políticas são uma forma contemporânea de guerra econômica, que não se trata meramente de sanções: é uma estratégia sistemática visando provocar o colapso material da vida cotidiana, gerar descontentamento social e forçar a mudança de regime. O caso cubano ilustra claramente a lógica imperial da disciplina global: qualquer projeto político que procure manter um grau de soberania diante do capital transnacional é submetido a mecanismos de coerção econômica, isolamento e desestabilização.”

A declaração do PHM conclui com uma afirmação que conecta Cuba a todas as outras lutas que temos acompanhado: “Defender Cuba hoje é defender o direito dos povos de determinar seu próprio destino e construir sociedades baseadas na justiça social.”

Nas sanções econômicas podemos ver uma guerra silenciosa que mata – exponencialmente e de diversas formas, cruéis e conhecidas por seus perpetuadores. Lembrando o estudo da *The Lancet* de título “Efeitos das sanções internacionais sobre a mortalidade por faixa etária: uma análise comparativa entre países” – já comentado no nosso informe de número 14 em 2025 – trazemos uma nova colocação, escrita por Táki Cordás.

“Nós aprendemos, ao longo da história, a condenar as guerras. Pelo menos era assim que fazíamos. Durante muito tempo, existiu uma espécie de consenso moral: a guerra era vista como uma tragédia humana evidente, algo que deveria ser evitado sempre que possível. Ela deixava ruínas, cidades destruídas e pessoas mortas. Era barulhenta, visível, escandalosa. A violência da guerra se impunha aos olhos e à consciência coletiva. Hoje, no entanto, esse consenso parece menos claro. Surge uma pergunta desconfortável: E quando o sofrimento humano é produzido de forma silenciosa? Quando ele ocorre sem bombas, sem tanques e sem batalhas, mas produz consequências semelhantes às de uma guerra? (...)

Os pesquisadores analisaram mais de cinquenta anos de dados, abrangendo 152 países, no período entre 1971 e 2021. Utilizando métodos estatísticos sofisticados, eles investigaram se existe uma relação entre a imposição de sanções econômicas e o aumento das mortes nesses países.

Os resultados são perturbadores. Segundo o estudo, sanções econômicas estão associadas a um aumento significativo da mortalidade nas populações atingidas. E quem sofre mais não são os governantes ou as elites políticas. São os mais vulneráveis. Crianças pequenas. Idosos. Pessoas doentes que dependem de sistemas de saúde frágeis.

O estudo estima que essas sanções estejam associadas a cerca de 560 mil mortes por ano no mundo.

Isso ocorre porque as sanções econômicas frequentemente afetam dimensões muito concretas da vida cotidiana. Elas podem limitar a capacidade dos países de importar bens essenciais, reduzir receitas públicas e dificultar o funcionamento de serviços básicos. Na prática, isso significa menos acesso a: medicamentos, equipamentos médicos, alimentos, água potável e financiamento adequado para os sistemas de saúde.

Os pesquisadores também observaram que os efeitos mais fortes aparecem nas sanções econômicas unilaterais, particularmente aquelas impostas por grandes potências econômicas – entre elas, de maneira destacada, os Estados Unidos da América."

A conexão com Cuba, Palestina, Líbano e Irã é direta. O texto cita Cuba como "um dos exemplos mais gritantes dessa guerra suja" e conclui: "Talvez o verdadeiro desafio moral do nosso tempo seja reaprender a reconhecer também essas guerras silenciosas."

O legado da Oitava Conferência Nacional de Saúde

Quarenta anos depois da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que estabeleceu as bases para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, é possível fazer um balanço do que mudou e do que permanece em disputa. Realizada em 1986, em Brasília, "em meio ao complexo pano de fundo da redemocratização do Brasil", a conferência "reuniu 4.000 pessoas, incluindo aproximadamente 1.000 delegados".

Naquele momento, o Brasil olhava para o futuro ao emergir da ditadura sob um governo civil. O presidente José Sarney, que havia assumido com a morte de Tancredo Neves, liderava "uma coalizão de partidos progressistas e indivíduos, entre os quais o movimento da saúde – composto por acadêmicos, trabalhadores e movimentos sociais – se destacava". O Dr. Sergio Arouca, "um dos principais representantes da coalizão progressista", coordenou a 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Quarenta anos depois, os princípios que emergiram da conferência – descentralização, integralidade e participação comunitária – seguem como diretrizes do SUS, "combinando-se para formar a mistura que garante o arcabouço institucional do sistema". O texto comenta que, já em 1986, "foram emitidos alertas sobre o esgotamento dos recursos planetários, o aquecimento global e a escassez de água." Quarenta anos depois, "essas questões fazem parte do cotidiano, afetando as rotinas diárias das pessoas e dominando as agendas dos trabalhadores da saúde." Em 1986, a Guerra Fria mostrava sinais de desaceleração, mas "o Norte Global, ao longo do último meio século, continuou a aumentar sua exploração, sustentada em parte pela guerra."

Neste contexto, "não é ingênuo confiar nas recomendações da 8ª Conferência Nacional de Saúde." As incertezas decorrentes da imprevisibilidade climática, "a ameaça iminente de novas pandemias, tempestades, inundações, secas e outras crises exigem o oposto das receitas do neoliberalismo e da necropolítica." Elas exigem, "como previsto em 1986, políticas consistentes com um conceito ampliado de saúde, uma vez que saúde e doença são determinadas por fatores complexos nos quais a dimensão social desempenha um papel fundamental."

A conclusão é que "as diretrizes e estratégias propostas na 8ª Conferência Nacional de Saúde e na Constituição Brasileira continuam sendo o projeto para garantir o direito universal à saúde para o povo." Hoje, "devemos reafirmar o SUS como um sistema de acesso universal,

como proposto pela Conferência Nacional de Saúde há 40 anos.” Quarenta anos depois, a Oitava Conferência permanece como um farol.